



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

14/11/2014 ATÉ 14/11/2014



INDÍCE

| | | |
|---|-----------------------------|-------|
| 1 | BLOG DO MINARD | |
| | 1.1 VARA CRIMINAL..... | 1 |
| 2 | BLOG MÁRIO CARVALHO | |
| | 2.1 SINDJUS..... | 2 |
| 3 | BLOG REI DOS BASTIDORES | |
| | 3.1 SERVIDOR PÚBLICO..... | 3 |
| 4 | BLOG ZECA SOARES | |
| | 4.1 SINDJUS..... | 4 |
| 5 | IMIRANTE.COM | |
| | 5.1 VARA CRIMINAL..... | 5 |
| 6 | SITE 180 GRAUS | |
| | 6.1 CORREGEDOR (A)..... | 6 7 |
| | 6.2 DECISÕES..... | 8 |
| | 6.3 EVENTOS..... | 9 |
| 7 | SITE CNJ | |
| | 7.1 DECISÕES..... | 10 |
| 8 | SITE JUSBRASIL | |
| | 8.1 AÇÕES TJMA..... | 11 |
| | 8.2 COMARCAS..... | 12 |
| | 8.3 CORREGEDOR (A)..... | 13 |
| | 8.4 DECISÕES..... | 14 |
| | 8.5 DESEMBARGADOR..... | 15 |
| | 8.6 EVENTOS..... | 16 |
| | 8.7 JUIZADOS ESPECIAIS..... | 17 |
| | 8.8 VARA CRIMINAL..... | 18 19 |

Ex-prefeito de São Pedro da Água Branca e esposa são julgados por morte de secretário

ex-prefeito de São Pedro D'Água Branca, Ildézio Gonçalves de Oliveira, o "Juca" e Edilane Pereira do Nascimento|

Desde a manhã de ontem (13), estão sentados no banco dos réus do Tribunal do Júri, no fórum Henrique de La Rocque, o ex-prefeito de São Pedro da Água Branca, Ildézio Gonçalves, conhecido como "Juca", e a mulher dele, Edilane Pereira Nascimento, que também é ré no processo. Os dois são acusados pelo Ministério Público (MP) de serem os mandantes do assassinato de Osmar Luna, em 2007. Na época, ele era secretário de administração de São Pedro da Água Branca, termo judiciário de Imperatriz. Osmar teria rompido politicamente com o grupo por não concordar mais com a sua administração.

Ao todo, 15 testemunhas foram convocadas, mas uma não se apresentou à Justiça. O julgamento deve entrar pela madrugada desta sexta (14). O homem acusado de ser o executor do crime, Paulo Sena Aleixo, o "Cabo Aleixo", foi julgado no mês passado e absolvido, mas o MP recorreu da sentença.

O crime

Consta no inquérito que Osmar Luna Peixoto foi assassinado com quatro tiros, por volta de 20h de 10 de setembro de 2007, quando colocava o carro na garagem de sua casa, localizada na Rua Iracema, bairro Nova Imperatriz.

Testemunhas afirmaram que dois homens chegaram em um carro modelo Uno e estacionaram o veículo próximo à casa onde o secretário estava. Osmar Luna, mais conhecido como "Osmar Paixão", foi surpreendido quando apareceu na porta, sendo alvejado na cabeça e no pescoço. Os assassinos fugiram em seguida.

Compartilhe :

** Facebook*

** Twitter*

** Imprimir*

** Email*

** Google*

Tribunal de Justiça suspende greve de servidores

O desembargador Marcelino Everton (foto) concedeu, nesta sexta-feira (14), pedido de "Tutela Antecipada" em ação civil pública movida pelo Estado, suspendendo a greve geral dos servidores da Justiça, decretada no último dia 13 de novembro.

Os servidores que paralisaram as atividades devem retornar ao trabalho ao pleno exercício de suas atividades no prazo de 24 horas, sob pena do pagamento de multa diária de R\$ 30 mil. Quanto aos descontos dos dias parados, na folha salarial dos que aderiram ao movimento, esse pedido será analisado durante a apreciação do mérito da questão.

Na ação, a Procuradoria Geral do Estado argumenta que "não pode haver a cessação das atividades em relação à carreira de servidores do Poder Judiciário, uma vez que a eles não se aplica o direito de greve por exercerem atividade essencial".

Alega, ainda, a ocorrência de transtornos à prestação jurisdicional e a ausência de registro de regras mínimas que possibilitem o funcionamento da Justiça estadual.

DECISÃO

Em sua decisão, o relator-desembargador Marcelino Everton sustentou que a greve é o último recurso posto à disposição dos trabalhadores, que somente pode ser deflagrada em situações extremas, após esgotadas todas as tentativas de negociação; porém nunca quando ainda em curso ou como instrumento de pressão, como na conduta do Sindicato.

Afirmou ainda ser do conhecimento público e notório que o Poder Judiciário vem incansavelmente buscando formas de atender aos pedidos do réu (Sindicato), dentro das reais possibilidades financeiras que o quadro atual apresenta, razão pelo qual não pode ser penalizado com a paralisação dos seus serviços.

"As atividades prestadas pelos servidores públicos são essenciais, inadiáveis, atreladas ao princípio da predominância do interesse geral e da continuidade do serviço público, razão pela qual pode e deve ser coibida (a greve) em caso de não atendimento a esse mandamento", declarou o desembargador.

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão deverá apresentar contestação no prazo de quinze dias.

CÂMARA DE PAÇO DO LUMIAR ELEGE NOVA MESA DIRETORA.

Vereadores de Paço do Lumiar-Ma em sessão extraordinária realizada nessa quinta-feira (13), reconduziram ao cargo de Presidente do Legislativo para o Biênio 2015/2016 o vereador Leonardo Bruno (PPS), que continuará comandando o Legislativo Municipal. Dos 15 vereadores que compõem o parlamento, 12 compareceram, e de forma unânime deram seus sim à nova Mesa Diretora.

Antes do início da Sessão, os vereadores receberam oficiais de justiça do TJMA com mandado suspendendo a eleição fraudulenta articulada por Jorge Maru, Alderico e Fred Campos e autorizando a realização da nova eleição na forma do Regimento da Casa Legislativa.

Desta vez o vereador André Costa participou da votação. Na sessão do mês de junho, o vereador não havia sido convocado, o que impediu a realização da Sessão naquela oportunidade por impedimento regimental.

"Fizemos uma eleição limpa, justa, leal e legal, não cometemos nenhuma irregularidade, tudo foi feito de acordo com o nosso Regimento Interno", comentou o Presidente Leonardo Bruno.

Também agradeceu a Deus pela vitória, ao povo pela confiança em seu trabalho. Acha que é hora de mudar a forma de fazer política, não apenas uma política partidária, é necessário um novo olhar voltado para as políticas pública e sociais.

O vereador Marcelo Portela (PHS), eleito como 1º vice-presidente relatou durante entrevista que sua decisão em compor a nova mesa diretoria da Câmara é resultante do seu amadurecimento político. "Depois da última eleição que foi anulado pela justiça, houve um tempo para se pensar, amadurecer as idéias e buscar o que é de melhor para Paço do Lumiar", Finalizou.

Greve na Justiça

O desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Marcelino Everton concedeu, nesta sexta-feira (14), pedido de "Tutela Antecipada" em ação civil pública movida pelo Estado, suspendendo a greve geral dos servidores da Justiça, decretada no último dia 13 de novembro.

Os servidores que paralisaram as atividades devem retornar ao trabalho ao pleno exercício de suas atividades no prazo de 24 horas, sob pena do pagamento de multa diária de R\$ 30 mil. Quanto aos descontos dos dias parados, na folha salarial dos que aderiram ao movimento, esse pedido será analisado durante a apreciação do mérito da questão.

Na ação, a Procuradoria Geral do Estado argumenta que "não pode haver a cessação das atividades em relação à carreira de servidores do Poder Judiciário, uma vez que a eles não se aplica o direito de greve por exercerem atividade essencial".

Alega, ainda, a ocorrência de transtornos à prestação jurisdicional e a ausência de registro de regras mínimas que possibilitem o funcionamento da Justiça estadual.

Decisão - Em sua decisão, o relator Marcelino Everton sustentou que a greve é o último recurso posto à disposição dos trabalhadores, que somente pode ser deflagrada em situações extremas, após esgotadas todas as tentativas de negociação; porém nunca quando ainda em curso ou como instrumento de pressão, como na conduta do Sindicato.

Afirmou ainda ser do conhecimento público e notório que o Poder Judiciário vem incansavelmente buscando formas de atender aos pedidos do réu (Sindicato), dentro das reais possibilidades financeiras que o quadro atual apresenta, razão pelo qual não pode ser penalizado com a paralisação dos seus serviços.

"As atividades prestadas pelos servidores públicos são essenciais, inadiáveis, atreladas ao princípio da predominância do interesse geral e da continuidade do serviço público, razão pela qual pode e deve ser coibida (a greve) em caso de não atendimento a esse mandamento", declarou o desembargador.

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão deverá apresentar contestação no prazo de quinze dias.

Ex-prefeito e mulher são julgados por morte de secretário

Tátyna Viana/Imirante Imperatriz
13/11/2014 às 18h09

O casal é apontado como mandante do crime.

IMPERATRIZ - Desde a manhã desta quinta-feira (13), estão sentados no banco dos réus do Tribunal do Júri, no fórum Henrique de La Rocque, o ex-prefeito de São Pedro da Água Branca, Ildézio Gonçalves, conhecido como "Juca", e a mulher dele, Edilane Pereira Nascimento, que também é ré no processo.

Os dois são acusados pelo Ministério Público (MP) de serem os mandantes do assassinato de Osmar Luna, em 2007. Na época, ele era secretário de administração de São Pedro da Água Branca, termo judiciário de Imperatriz. Osmar teria rompido politicamente com o grupo por não concordar mais com a sua administração.

Ao todo, 15 testemunhas foram convocadas, mas uma não se apresentou à Justiça. O julgamento deve entrar pela madrugada desta sexta (14).

O homem acusado de ser o executor do crime, Paulo Sena Aleixo, o "Cabo Aleixo", foi julgado no mês passado e absolvido, mas o MP recorreu da sentença.

O crime

Consta no inquérito que Osmar Luna Peixoto foi assassinado com quatro tiros, por volta de 20h de 10 de setembro de 2007, quando colocava o carro na garagem de sua casa, localizada na Rua Iracema, bairro Nova Imperatriz.

Testemunhas afirmaram que dois homens chegaram em um carro modelo Uno e estacionaram o veículo próximo à casa onde o secretário estava. Osmar Luna, mais conhecido como "Osmar Paixão", foi surpreendido quando apareceu na porta, sendo alvejado na cabeça e no pescoço. Os assassinos fugiram em seguida.

Metas das corregedorias são apresentadas durante Encontro de Corregedores

A ministra Nancy Andrighi proferiu a primeira palestra na manhã desta quinta-feira (13), durante abertura dos trabalhos do segundo dia do Encontro de Corregedores dos Tribunais de Justiça do Brasil. A corregedora nacional apresentou as metas para as corregedorias aprovadas durante a realização do último Encontro Nacional do Judiciário. A ministra defende

De acordo com as metas propostas para o ano de 2013, as corregedorias devem diminuir o tempo de tramitação dos procedimentos administrativos disciplinares (PADs); promover a definição de competência pelo menos duas varas cíveis atuarem nas ações decorrentes da arbitragem nacional e internacional.

Último dia do Encoge traz inovações no sistema jurídico

O último dia do Encontro de Corredores dos Tribunais de Justiça do Brasil, que acontece em Salvador (BA), reservou espaço para debates de temas inovadores no âmbito do Sistema de Justiça. Dentro de uma nova perspectiva de ressocialização, o juiz Leoberto Narciso Brancher (RS) falou sobre os benefícios para a sociedade do método de resolução de casos de conflitos com base no modelo da justiça restaurativa.

A nova concepção de busca de solução procura envolver agressor e agredido – autor e vítima – de crimes dentro de um processo em que se busca um diálogo entre as partes envolvidas, sendo possível a participação, também, de pessoas da comunidade

TJMA cumpre 99% da meta de julgamento de ações de improbidade

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) cumpriu, até o mês de outubro Deste ano, 99% da Meta 4 do Poder Judiciário 2014, se destacando no julgamento de processos de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídos até final de 2012. O TJMA (2º grau) possuía 117 recursos nessa categoria, dos quais 116 já foram finalizados.

De acordo com a diretora Judiciária do Tribunal, Denyse Reis, o TJMA deve ultrapassar - em segundo grau - a meta estabelecida, avançando para o julgamento dos demais processos, distribuídos em 2013 e 2014.

TJMA discutirá segurança em seminário sobre a atividade de inteligência no Judiciário

As atividades desenvolvidas pelo serviço de Inteligência e o plano de segurança institucional do Poder Judiciário do Maranhão serão discutidos por magistrados, servidores e autoridades ligados à área durante seminário promovido pela Diretoria de Segurança com o apoio da Escola Superior da Magistratura (ESMAM), de 20 a 22 de novembro, no Fórum Desembargador Sarney Costa (no auditório Madalena Serejo).

“O objetivo é conscientizar acerca das atividades desenvolvidas pela Inteligência, com ênfase na busca da excelência dos procedimentos já estabelecidos e visando à proteção individual e patrimonial de todos os que compõem a instituição”, explica o diretor de Segurança Institucional do TJMA, major Alexandre Magno de Souza.

Tribunal cumpre 99% da meta de julgamentos de improbidade

14/11/2014 - 11h33

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) cumpriu, até o mês de outubro deste ano, 99% da Meta 4 do Poder Judiciário 2014, se destacando no julgamento de processos de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídos até final de 2012. O tribunal possuía 117 recursos nessa categoria, dos quais 116 já foram finalizados.

De acordo com a diretora Judiciária do tribunal, Denyse Reis, o TJMA deve ultrapassar, em segundo grau, a meta estabelecida, avançando para o julgamento dos demais processos, distribuídos em 2013 e 2014. No dia 9 de dezembro, data dedicada ao Dia Internacional de Combate à Corrupção, o Poder Judiciário e o Ministério Público Estadual firmaram parceria para realizar a "Ação Estadual de Combate à Corrupção".

A recomendação da presidente da corte, desembargadora Cleonice Freire, é de que as pautas de audiências do 1º e 2º graus sejam destinadas ao julgamento e instrução de processos cíveis e criminais por atos de improbidade e desvio de verbas públicas. "Vamos mobilizar a magistratura em torno de uma ação pontual visando à preferência de pauta aos processos relacionados ao combate à corrupção em tramitação no Judiciário", disse a presidente do TJMA, na solenidade de assinatura de termo de parceria assinado com a procuradora-geral de Justiça, Regina Rocha, e o corregedor-geral do Ministério Público Estadual, Suvamy Vivekananda.

Condenados - Até o mês de setembro deste ano, 12 prefeitos e ex-prefeitos foram condenados pelo TJMA por envolvimento em algum tipo de crime ou improbidade administrativa no exercício do cargo. Entre os crimes que levaram os ex-gestores e atuais à condenação constam improbidade administrativa, atraso ou fraude na prestação de contas, lesão aos cofres públicos, desvio de verbas, falsidade ideológica, contratação de servidores sem concurso, fraude em licitações, falta de comprovação de aplicação de recursos do Fundo Municipal de Saúde (FMS), má aplicação dos recursos do Fundeb, fragmentação de despesas e dispensa irregular de licitações.

Fonte: TJMA

PROFESSORES DO CURSO DE DIREITO DA UFMA CONHECEM PROJETOS DO TJMA

O desembargador Marcelo Carvalho manifestou apoio à iniciativa de buscar maior integração entre o Judiciário e as universidades (Foto: Ribamar Pinheiro)

Os professores Márcio Aleandro Correia Teixeira, Edith Maria Barbosa Ramos e Artenira Silva e Silva, dos cursos de graduação em Direito e mestrado em Direito e Instituições do Sistema de Justiça, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), participaram da sessão da 2ª Câmara Cível e conheceram projetos do TJMA, para buscar formas de articulação entre a UFMA e o Poder Judiciário.

Os três professores coordenam o Observatório de Acompanhamento e Monitoramento de Indicadores e Políticas Públicas de Segurança Pública, Saúde e Assistência Social projeto institucional que organiza a cooperação entre instituições públicas e privadas no desenvolvimento de atividades técnicas de avaliação, gestão e planejamento de políticas públicas e pesquisas de extensão nas áreas de segurança pública, saúde e assistência social.

Sua principal função é a promoção, apoio, divulgação e publicação de saberes técnicos e científicos em área interdisciplinar e intersetorial da segurança, saúde e assistência social, através de termos de cooperação, convênios, acordos científicos, técnicos e culturais, informa o professor Márcio Aleandro.

O desembargador Marcelo Carvalho e os demais membros da 2ª Câmara Cível manifestaram apoio à iniciativa de buscar maior inter-relação entre o Judiciário e as universidades, a exemplo da parceria que permitiu a formação de duas turmas de pós-graduação em Gestão Pública para servidores do TJ. Os desembargadores apresentaram projetos da 2ª Câmara Cível como Acórdão Online, Fala Audiência e Súmulas.

SESSAO ITINERANTE Para estimular o início das parcerias entre os dois órgãos, os desembargadores comprometeram-se a realizar a última sessão da 2ª Câmara Cível de 2014 no auditório da Universidade Federal do Maranhão, para que possa ser assistida por uma maior quantidade de estudantes, frisando que a idéia pode ser levada para outras faculdades que manifestarem interesse.

Essa é uma forma de melhorar as relações entre a sociedade e o Judiciário, que é um mecanismo de liberdade do estado democrático de direito, frisou o desembargador Marcelo Carvalho.

Assessoria de Comunicação do TJMA

asscom@tjma.jus.br

(98) 3198 4370

MARACAÇUMÉ - FERIADO MUNICIPAL SUSPENDE ATENDIMENTO FORENSE NESTA SEXTA-FEIRA (14)

Portaria assinada pelo juiz titular da Comarca de Maracaçumé, Rômulo Lago e Cruz, suspende o atendimento na unidade nesta sexta-feira, 14.

De acordo com o documento Portaria 17/2014-GJ a suspensão se deve a feriado municipal instituído em decreto municipal em razão da comemoração de aniversário da cidade, celebrada na data.

Marta Barros

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão asscom_cgj@tjma.jus.br asscomcgj@gmail.com
www.facebook.com/cgjma

(98) 3198-4636/ 3198-4624

Nelma Sarney é reconduzida à Presidência do Colégio de Corregedores

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 8 horas atrás

A prestação de contas feita neste encontro e a forma como vem administrando nossa entidade é exemplo de uma gestão séria, que merece nosso reconhecimento. Com essas palavras o corregedor Constantino Brahúna defendeu a recondução da desembargadora Nelma Sarney à Presidência do Colégio de Corregedores dos Tribunais de Justiça do Brasil (CCOGE). A proposta de alteração do estatuto da entidade, permitindo a reeleição, foi aprovada na noite desta quinta-feira (13) durante o 67º Encontro dos Corregedores, realizado na Cidade de Salvador (BA). Nelma Sarney foi reeleita por unanimidade para mais um mandato de um ano à frente do Colégio.

A corregedora maranhense encerrou seu primeiro ano de gestão com um aumento de 900% das receitas da entidade. Com base em um plano de comunicação dinâmica e estratégica, promoveu o relacionamento e a integração entre os membros e as corregedorias. Em seu balanço, ela ainda destacou a criação de conta bancária própria, a realização de três encontros e a manutenção do sítio eletrônico do colégio www.ccoge.com.br, por meio do qual as informações do Colégio chegam a milhares de pessoas.

Estamos fechando um ano extremamente positivo para o Colégio e esse resultado é fruto da participação de todos os corregedores e também juízes auxiliares que participaram das nossas ações, mas é certo que ainda há desafios a serem enfrentados. Com apoio da Corregedoria Nacional vamos avançar na solução da competência delegada e da execução fiscal, demanda que sobrecarrega os juízes de todo Brasil. Vamos buscar uma integração ainda maior, para que possamos fortalecer nossa instituição e continuar firmes no propósito de oferecer uma justiça que atenda aos anseios dos nossos cidadãos, destacou.

Também foi eleita a nova Mesa Diretora do Colégio, composta pelo desembargador José Olegário Caldas (BA), 1º vice-presidente; Sebastião Ribeiro Martins (PI), 2º vice-presidente; Romeu Gonzaga Neiva (DF), 1º secretário; Daniel Ribeiro Lagos (RO), 2º secretário; Eugênio Achille Grandinetti (PR), 1º tesoureiro; Hamilton Eliot Akkel (SP), 2º tesoureiro.

Durante a plenária desta terça-feira, também por unanimidade, foi aprovada a prestação de contas do ano de 2014 apresentada pela presidente Nelma Sarney, assim como foi acatada a alteração do estatuto para conceder a Medalha de Honra ao Mérito Desembargador Décio Antônio Erpen. De acordo com essa alteração todos os desembargadores que deixarem de integrar o Colégio, seja por aposentadoria ou em consequência do fim do mandato à frente de sua corregedoria estadual, receberá a honraria no encontro consecutivo.

Despedida Esta será a última edição do Encontro de Corregedores para os desembargadores Pedro Ranzi (AC), Alcides Gusmão (AL), Francisco Sales (CE), Nelma Perilo (GO), Sebastião Moraes (MT), Tânia Borges (MS), Ronaldo Vale e Maria de Nazaré Saavedra (PA), Vivaldo Pinheiro (RN), Suzana Oliveira (SE), Ronaldo Eurípedes (TO). O Encoge de Salvador também poderá ser o último para o desembargador Constantino Brahúna (AP), caso o próximo encontro não aconteça até o mês de março. Em conformidade com a mudança do estatuto, todos esses desembargadores deverão receber a homenagem.

TJMA CUMPRE 99% DA META DE JULGAMENTO DE AÇÕES DE IMPROBIDADE

Foram julgados processos de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídos até final de 2012

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) cumpriu, até o mês de outubro deste ano, 99% da Meta 4 do Poder Judiciário 2014, se destacando no julgamento de processos de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídos até final de 2012. O TJMA (2º grau) possuía 117 recursos nessa categoria, dos quais 116 já foram finalizados.

De acordo com a diretora Judiciária do Tribunal, Denyse Reis, o TJMA deve ultrapassar em segundo grau a meta estabelecida, avançando para o julgamento dos demais processos, distribuídos em 2013 e 2014.

COMBATE À CORRUPÇÃO No dia 9 de dezembro data dedicada ao Dia Internacional de Combate à Corrupção o Poder Judiciário e o Ministério Público Estadual firmaram parceria para realizar a Ação Estadual de Combate à Corrupção.

A recomendação da presidente da Corte, desembargadora Cleonice Freire, é de que as pautas de audiências do 1º e 2º graus sejam destinadas ao julgamento e instrução de processos cíveis e criminais por atos de improbidade e desvio de verbas públicas.

Vamos mobilizar a magistratura em torno de uma ação pontual visando à preferência de pauta aos processos relacionados ao combate à corrupção em tramitação no Judiciário, disse a presidente do TJMA, durante assinatura de termo de parceria assinado com a procuradora geral de Justiça, Regina Rocha, e o corregedor geral do Ministério Público Estadual, Suvamy Vivekananda.

CONDENADOS Até o mês de setembro deste ano, 12 prefeitos e ex-prefeitos foram condenados pelo TJMA, por envolvimento em algum tipo de crime ou improbidade administrativa no exercício do cargo.

Entre os crimes que levaram os ex-gestores e atuais à condenação constam improbidade administrativa, atraso ou fraude na prestação de contas, lesão ao erário público, desvio de verbas, falsidade ideológica, contratação de servidores sem concurso, fraude em licitações, falta de comprovação de aplicação de recursos do Fundo Municipal de Saúde (FMS), má aplicação dos recursos do FUNDEB, fragmentação de despesas e dispensa irregular de licitações.

Assessoria de Comunicação do TJMA

asscom@tjma.jus.br

(98) 3198-4370

DESEMBARGADOR MARCELO CARVALHO SILVA É O PLANTONISTA DO TJMA ATÉ DOMINGO

Desembargador Marcelo Carvalho receberá as demandas urgentes nas esferas cíveis e criminais (Foto: Ribamar Pinheiro)

O desembargador Marcelo Carvalho Silva receberá as demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, durante o plantão judicial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) deste fim de semana. Estão incluídos pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória e outros.

Os servidores plantonistas de 2º grau são Vânia Azevedo e José de Jesus Costa. O número do telefone disponibilizado para o plantão judiciário de 2º grau é o (98) 98815-8344.

Além das providências necessárias ao cumprimento de qualquer decisão determinada na ação, os servidores são os responsáveis pelo processamento e encaminhamento dos processos ao desembargador de plantão.

O plantão de 2º grau para este período foi definido pela portaria 783/2014, assinada pela presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire.

Nos dias úteis, o serviço funciona entre o final do expediente do dia e o início do expediente do dia seguinte. Aos sábados, domingos e feriados inclusive os de ponto facultativo entre o final do último dia útil anterior e o início do expediente do primeiro dia útil seguinte.

Assessoria de Comunicação do TJMA

asscom@tjma.jus.br

(98) 3198 4370

Esmam Cultural apresentará Jazz, MPB, poesia, dança e arte nesta sexta (14)

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 4 horas atrás

Mostra vai expor produção cultural e artística de magistrados e servidores do Judiciário (Foto: Ribamar Pinheiro)

Show de jazz, MPB, música regional, exposição de artes plásticas, artesanato, recital de poesia, apresentação de danças e capoeira estão na programação da 7ª Esmam Cultural exposição da Escola da Magistratura do Maranhão, que reúne a produção artística e cultural dos servidores e magistrados do Poder Judiciário maranhense. A mostra será aberta, pelo diretor da escola, desembargador Marcelo Carvalho Silva, às 18 horas desta sexta-feira (14), no Teatro João do Vale, na Praia Grande, com entrada livre.

Como atração convidada, às 20 horas, o guitarrista Jayr Torres professor da Escola de Música do Estado do Maranhão e um dos maiores guitarristas do Brasil - apresentará show com repertório de jazz clássico e contemporâneo, blues, pop internacional e música maranhense. O músico será acompanhado pelo grupo integrado por Samuel Jafé (guitarra), Carlos Raqueth (baixo), Ronald Nascimento (bateria), Rui Mário (piano) e participação especial do juiz Raimundo Nonato Neris e da flautista Márcia Almeida de Moraes (servidora 1ª Vara de Vitorino Freire).

Na Abertura, às 18 horas, o público poderá apreciar a Galeria Prata da Casa, com exposição de fotografias, poesia e artesanato produzido pelos servidores do Judiciário: Lorena Borba, Manoelle Moraes, Mônica Ramos, Raimundo Santos Filho, Thiago Ramos, Henrique Braga, André Luiz Reis, Charlene Brasil, Igor de Oliveira, Letícia Carvalho, Luciane Chumber e Márcio Leray.

Na categoria Música Popular Brasileira, estão inscritos os servidores André Roberto Lopes Pereira (Diretoria do Fórum de São José de Ribamar), Armando Lisboa Sodrê (1ª Vara Criminal de São José de Ribamar) e Elizângela Silva Marcos (Diretoria do Fórum de Santa Inês). No estilo Gospel, se apresentará Maria José Garcês (8ª Vara Criminal de São Luís). Antonio Cláudio Frazão (Coordenadoria de Material e Patrimônio), interpretará composições musicais italianas.

No recital de poesias, o destaque será Lorena Borba (Biblioteca do Fórum). Haverá também roda de Capoeira com Ivo da Cruz (Divisão de Material e Patrimônio). Além de dança Zouk e Bolero, com Manoelle Santos (ESMAM), e Luciana Fabíola (Corregedoria Geral de Justiça).

A exposição Quadros Sustentáveis, vai mostrar a produção artesanal de Ronaldo de Mesquita (3º Juizado Criminal de São Luís). A exposição de artes plásticas será composta por pintura em tela de Patrícia Pimentel Anchieta (TRE/MA) - designer formada pela UFMA.

No encerramento, será servido coquetel aos convidados e visitantes.

1º JUIZADO CRIMINAL DE SÃO LUÍS REALIZA CAMPANHA PARA ARRECADAR LIVROS INFANTIS

O 1º Juizado Especial Criminal de São Luís (JECRIM) lançou uma campanha de arrecadação de livros infantis para doação a instituições sociais que funcionam como creches e pré-escolas. Oito entidades sem fins lucrativos, que atendem crianças em atividades escolares, estão cadastradas na unidade judiciária. As doações podem ser feitas no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau).

A juíza titular do JECRIM, Andrea Furtado Perlmutter Lago, disse que a campanha tem por objetivo conscientizar as pessoas da importância da leitura desde a primeira infância, bem como estimular a doação dos livros já utilizados para serem aproveitados na instrução de outras pessoas que não possuem condições de adquirir livros novos. O projeto deste juizado é criar centros de leitura nos estabelecimentos escolares mais carentes, por meio das doações de livros, afirmou a magistrada.

Podem ser doados livros infantis novos ou usados em bom estado de conservação. O material deve ser entregue de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, no ponto de coleta disponibilizado no hall do fórum, próximo aos elevadores (térreo). A campanha, que se estende até o próximo mês de fevereiro, é direcionada aos magistrados e demais operadores do Direito, servidores do Judiciário e ao público em geral.

Projetos- em 2014, o juizado beneficiou, com recursos financeiros oriundos de prestações pecuniárias (suspensão condicional do processo, composições civis e transações penais), os projetos de cinco instituições sociais selecionados por meio do Edital 01/2014 publicado pelo JECRIM.

Foram beneficiadas a Associação Assistencial ao Menor Carente Livramento do Rio dos Cachorros, Associação Comunitária Creche Paraíso da Criança (Cidade Operária), Associação das Mães e dos Amigos do Conjunto São Raimundo, Centro Educacional Profissional do Coroadinho e Fundação Justiça e Paz se Abraçarão (Cidade Olímpica). O repasse dos recursos é feito gradativamente, mediante alvará.

A iniciativa atende à Resolução nº 154/2012, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e ao Provimento nº 10/2012 da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão.

Transação Penal ocorre em processos de crimes de menor potencial ofensivo, como lesões leves, ameaças, calúnia e difamação, acidente de trânsito e maus tratos. Na Transação Penal, o Ministério Público propõe ao autor do fato a interrupção do processo criminal, desde que ele cumpra determinadas condições impostas (prestação de serviços à comunidade, pagamento de multas).

Conforme a condição financeira do autor, o Ministério Público determina o valor a ser pago, independente da aceitação da vítima. Essa quantia tanto pode ser entregue à vítima ou depositada na conta judicial do juizado que repassará a uma instituição social conveniada com a unidade. Depois do cumprimento integral da transação (que pode ser dividida em parcelas), o valor depositado será doado a uma instituição, por meio de alvará.

O 1º Juizado Especial Criminal funciona no 3º andar do Fórum Des. Sarney Costa.

Valquíria Santana

Núcleo de Comunicação - Fórum de São Luís

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão asscom_cgj@tjma.jus.br asscomcgj@gmail.com

www.facebook.com/cgjma

(98) 3198-4636/ 3198-4624

BALSAS - CONDENAÇÃO E EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE DE RÉU MARCAM JÚRIS PROMOVIDOS PELA 1ª VARA

Dois júris marcados para os últimos dias 12 e 13 e promovidos pela 1ª Vara da Comarca de Balsas, tiveram como desfecho condenação e extinção de punibilidade de réu, respectivamente. As sessões, presididas pela juíza titular da unidade, Luciany Cristina de Sousa Ferreira, os júris aconteceram na Câmara dos Vereadores do município.

No primeiro deles, Ricardo de Araújo Andrade foi condenado a seis anos, quatro meses e dez dias de reclusão, em regime inicialmente semiaberto. A pena deve ser cumprida na Unidade Prisional Regional de Balsas. A juíza manteve a prisão do acusado, negando ao mesmo o direito de recorrer em liberdade por ainda se fazerem presentes os requisitos da prisão preventiva.

Ricardo respondeu pela acusação de tentativa de homicídio praticada contra a esposa, Hirleane Hirleane Silva Oliveira. O fato ocorreu em 16 de novembro de 2013, por volta das 21h, na residência do casal, quando o réu atingiu a vítima no olho direito com um tiro.

Participaram da sessão os promotores de Justiça Antonio Lisboa de Castro Viana Junior e Moisés Caldeira Brant, além do advogado de defesa Emerson Carvalho Cardoso.

Prescrição - No júri da quinta-feira (13), antes do sorteio dos jurados o Ministério Público sustentou a ocorrência da prescrição virtual, tendo a defesa ratificado o pedido, e proferida sentença de extinção da punibilidade do réu, Edson de Sousa Dourado, acusado de homicídio praticado contra Weldon Pereira da Conceição. O crime ocorreu no dia 09 de julho de 1999. À época, o réu tinha menos de 21 anos de idade.

Participaram da Sessão os promotores de Justiça Dailma Maria de Melo Brito e Moisés Caldeira Brant, além do defensor nomeado Gabriel Almeida Brito.

Marta Barros

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão asscom_cgj@tjma.jus.br asscomcgj@gmail.com
www.facebook.com/cgjma

(98) 3198-4636/ 3198-4624

SANTA INÊS - POLICIAL MILITAR ACUSADO DE HOMICÍDIO E TENTATIVA DE HOMICÍDIO É ABSOLVIDO EM JÚRI

Em júri promovido pela 1ª Vara da Comarca de Santa Inês na última quarta-feira (12), o Conselho de Sentença absolveu o policial militar reformado Cícero Orlando Alves Filho. Ele respondeu pela acusação de homicídio e de tentativa de homicídio que tiveram como vítimas, respectivamente, Joselio de Miranda Alves e Joselio de Miranda Alves Filho. O crime, praticado com o uso de arma de fogo, ocorreu no dia 22 de setembro de 2008, no bairro Palmeira, no município. O julgamento marcou a última sessão do júri popular do ano de 2014 da unidade. Presidiu o júri a juíza Denise Cysneiro Milhomem, titular da Vara.

A defesa sustentou a tese de negativa de autoria, por ausência de provas. Na votação dos quesitos, os jurados reconheceram a materialidade dos crimes de homicídio em relação a Joselio de Miranda Alves, e tentativa de homicídio em relação a Joselio de Miranda Alves Filho. Por maioria de votos, o Conselho de Sentença entendeu não ter sido o acusado o autor dos fatos, decidindo pela absolvição.

Funcionou na acusação o promotor de Justiça Frank Teles. A defesa ficou por conta do advogado criminalista Erivelton Lago.

Marta Barros

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão asscom_cgj@tjma.jus.br asscomcgj@gmail.com

www.facebook.com/cgjma

(98) 3198-4636/ 3198-4624